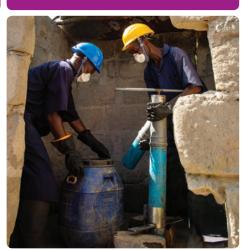


Enquadramento

Urbano







WaterAid

Em conjunto, os documentos abaixo determinam a forma como poderemos alcançar a nossa visão na qual todas pessoas, em todos os lugares, terão acesso a água limpa, saneamento e higiene até 2030.

Estratégia global

O nosso papel e como trabalhamos

Normas de qualidade e políticas do programa

Enquadramentos e conceitos da prestação

- Directrizes
- Kits de ferramentas
- Recursos

Os enquadramentos definem a nossa posição, abordagem e normas programáticas para todas as nossas áreas de trabalho: a) os nossos princípios transversais — direitos humanos, sustentabilidade, igualdade e inclusão e parceria; b) as nossas principais abordagens programáticas — reforço dos sistemas e capacitação, ASH noutros sectores e mudança de comportamento relativamente à higiene; c) o nosso trabalho temático/geográfico — água, saneamento, higiene e ASH urbanos. Os enquadramentos indicam directrizes, kits de ferramentas e recursos complementares que fornecem maior detalhe sobre como aplicar estes enquadramentos na prática.

Os nossos enquadramentos são desenvolvidos por meio de um processo de colaboração que envolve pessoas de toda a organização e partes interessadas externas relevantes. Isto assegura que a nossa posição, abordagem e normas são baseadas na experiência e melhores práticas, tornando o nosso trabalho mais eficaz. São periodicamente actualizadas, à medida que a nossa aprendizagem, tal como a do sector mais alargado, evolui.

Os nossos enquadramentos foram desenvolvidos e aprovados através do Executivo de Programas Global. As normas programáticas de todos os enquadramentos encontram-se compiladas nas *Normas de qualidade do programa*.¹

Enquadramento urbano

Posição

A urbanização do mundo está a acontecer rapidamente. Estima-se que, nas duas décadas que se seguem, a população urbana do Sul da Ásia e da África Subsariana duplique.² Dois terços da população global viverão em áreas urbanas até 2050, embora seja possível que tal percentagem alcance os 84%.³ Em 2030, estima-se que dois mil milhões de pessoas viverão em bairros de lata*, maioritariamente em África e na Ásia.[†]

Nos países desenvolvidos, a urbanização e a industrialização têm sido motores importantes do desenvolvimento e da redução da pobreza. No entanto, os padrões de crescimento urbano actuais em muitos países em desenvolvimento apresentam uma realidade diferente. O planeamento inadequado e o investimento em infra-estruturas sem o suporte de instituições sólidas deram origem a sobrepopulação, más condições de vida e desigualdade crescente. As densidades populacionais mais elevadas tornam as pessoas mais vulneráveis a problemas de saúde e aos perigos do clima.

desenvolvimento apresenta desafios no que toca a um acesso crescente a água limpa, saneamento e higiene (ASH), já que a maior parte das cidades e vilas não possui a capacidade de fornecer os serviços adequados aos seus cidadãos. As vilas e cidades pequenas, em particular, são muitas vezes esquecidas e a capacidade dos organismos dos governos central e local para organizar serviços ASH é fraca ou não adaptada às necessidades destes centros em rápido crescimento, que cada vez concentram mais pobreza no seu interior.

Esta urbanização dos países em

O nosso programa urbano centra-se no reforço da capacidade dos municípios e dos prestadores de serviços para prestar os serviços ASH a todos, focando-se nos mais pobres e mais marginalizados. Procedemos à capacitação dessas comunidades para que exerçam os seus direitos à água limpa e saneamento, envolvendo as partes interessadas da área urbana, influenciando a política a fim de facilitar um ambiente de capacitação e prestando maior atenção às vilas e cidades pequenas.

■ Bairro de lata Bharat puri, Lucknow, Índia.



- * Dependendo do contexto, os termos "bairro de lata", "bairro clandestino", "assentamento informal" e "povoação não planeada" podem ser sinónimos e usados alternadamente ou depreciativos deverá verificar quais os termos apropriados.
- [†] Vale a pena referir que a definição daquilo que constitui um contexto urbano — cidade ou vila — varia de país para país. Dependendo da definição usada, um país poderá ser mais ou menos "urbanizado" (ver Glossário).

Abordagem

A nossa visão determina que as autoridades e prestadores de serviços urbanos devem poder planear, prestar e monitorizar serviços ASH inclusivos, económicos e sustentáveis para todos, até 2030. As autoridades têm a obrigação de assegurar que todos tenham acesso a estes serviços e nós fornecemos apoio ao desenvolvimento de soluções apropriadas a cada contexto para os desafios urbanos, tratando cada cidade e vila como um caso único, com as suas próprias restrições e oportunidades.

Trabalhamos com as comunidades urbanas, e com a maioria dos grupos marginalizados que nelas se inserem, para garantir que os residentes possam exigir melhores serviços ASH e assegurar a responsabilização dos respectivos prestadores de serviços e autoridades municipais. Estamos focados na inclusão das pessoas que vivem na pobreza e apoiamos os parceiros na implementação de modelos de prestação adequados, a fim de melhorar serviços que sejam económicos, acessíveis e sustentáveis. Nas vilas e cidades grandes e pequenas, optamos por uma abordagem baseada nos direitos humanos.4 Trabalhamos com os residentes mais pobres das povoações informais para garantir que as suas vozes são ouvidas e que podem exercer o seu direito aos serviços ASH. Concebemos e defendemos mecanismos e abordagens que permitam às pessoas participar de forma significativa nas fases de concepção, implementação e monitorização de novos serviços. Isto ajuda a garantir que as necessidades destas pessoas são atendidas e a ASH urbana são o mais sensíveis possível no que toca a questões de género e pessoas portadoras de deficiência. Usamos este trabalho para influenciar a política a nível local e nacional.

Fortalecemos e reforçamos a capacidade do sector ASH para criar um ambiente facilitador que suporte a mudança sustentável. Trabalhamos com parceiros (ver Enquadramento de parcerias⁵), incluindo os governos municipais, regionais e nacionais, além das empresas de serviços públicos, para adquirir um entendimento aprofundado de uma cidade ou vila particular e focamo-nos no

reforço da capacidade destes parceiros para fazer da mudança uma realidade. Apoiamos as autoridades, fornecedores e instituições financeiras a encorajar a participação do sector privado local na prestação de serviços e produtos (incluindo a gestão das lamas fecais e a supervisão regulamentar da ASH urbana).

A nível nacional, trabalhamos com ministérios e parceiros de desenvolvimento para dar destaque a questões-chave de ASH urbanos. Trabalhamos em conjunto para impulsionar os modelos, partilhar os conhecimentos e clarificar as suas obrigações no sentido de assegurar o acesso àASH para todos.

A nossa abordagem urbana tem cinco princípios orientadores:

1. Parcerias influentes: Desempenhamos um papel único no sentido de influenciar o sector urbano através das relações que mantemos com os governos local e municipal e as nossas ligações a um grande número de instituições (académicas, privadas e não governamentais). Os programas do nosso país trabalham com os garantes dos direitos a nível local para prestar serviços ASH nas cidades e vilas. E nós defendemos a regulação destes serviços. Trabalhamos com serviços hídricos do sector público e operadores privados para desenvolver serviços sustentáveis que chequem às pessoas mais pobres e mais marginalizadas. Trabalhamos com associações, comités e grupos de consumidores de água para uma concepção, implementação e monitorização inclusivas e baseadas na participação. Colaboramos com a sociedade civil (incluindo organizações promotoras dos direitos das mulheres e pessoas portadoras de deficiência) para apoiar as comunidades no exercício dos seus direitos e responsabilizar aqueles que se encontram no poder. Quando apropriado, usamos as nossas relações globais para utilizar as competências destes serviços noutros países para apoio aos operadores locais na prestação de serviços ASH. Trabalhamos com organizações noutros sectores para considerar o planeamento urbano, a propriedade de terras e as estruturas sociais, já que todos estes factores afectam a ASH.

- 2. Políticas e investimentos influenciadores: O nosso trabalho na zona urbana exemplifica a nossa abordagem de integração da prestação de serviços com o trabalho de influências. Somos activos nas áreas da política, advocacia e programas, promovendo os serviços urbanos entre os decisores locais, nacionais e globais, e trabalhando com os governos locais no planeamento municipal integrado. Defendemos o financiamento maior e melhor direccionado da ASH urbanos e uma melhor coordenação e envolvimento dos sectores privados e não-ASH rumo a um acesso melhorado por parte das pessoas pobres e marginalizadas. Influenciamos outros para além da ASH, documentando e partilhando as nossas abordagens e trabalhando com as partes interessadas relevantes em toda a cidade/vila. Trabalhamos com académicos para construir as evidências de que necessitamos para a advocacia e encorajando outros a fazer o mesmo.
- 3. Serviços inclusivos ao nível da cidade/vila: Preferimos uma abordagem holística ao nível da cidade/vila para melhorar o acesso à ASH urbana. Trabalhamos em proximidade com as pessoas que vivem na pobreza (por exemplo, através dos fóruns de clientes) para atender à sua exigência de serviços com bases sólidas, para garantir que tais serviços respondem às suas necessidades, e para assegurar que as mudanças comportamentais são sustentáveis. Levamos a cabo e defendemos abordagens que capacitam a sociedade civil, assentes nos princípios dos direitos humanos, particularmente da não discriminação e igualdade, da participação, do acesso à informação e da responsabilização. Apoiamos a sociedade civil para que actue de forma a garantir que os prestadores de serviços ASH conferem às pessoas mais marginalizadas os seus direitos à ASH (e outros) (ver o manual de orientação *Our water, our waste, our town*⁶). As questões de propriedade de terrenos e práticas selectivas (fornecimento de serviços apenas às áreas mais lucrativas) estão intrinsecamente ligadas ao acesso à ASH. Sempre que possível, trabalhamos estreitamente com grupos da sociedade civil para que, juntos, encontremos soluções para estes problemas.
- 4. Escolhas estratégicas orientadas pelo **contexto:** Há diferenças significativas entre vilas e cidades pequenas, bem como entre as próprias vilas (inclusive dentro de um mesmo país). E importante para os planeadores urbanos e os engenheiros de infra-estruturas considerar o contexto local e ambiental e as preocupações relacionadas com os recursos hídricos, bem como as realidades social, política e económica. Apoiamos estudos abrangentes sobre as vilas e cidades pequenas e outras áreas urbanas e conduzimos estudos piloto para investigação, teste e documentação sobre como implementar modelos ASH inovadores. São essenciais análises de contexto (com base em análises da economia política,⁷ esquemas da rede de esgotos,8, etc.), avaliações das necessidades (incluindo relações de poder) e investigação formativa. Nos casos apropriados, valorizamos a investigação de acções e projectos-piloto como forma de promover e suportar a inovação, mantendo a escala em mente.
- **5. Priorizar higiene e saneamento:** A higiene e o saneamento (ver Enquadramento da mudança de comportamento relativamente à higiene⁹ e Enquadramento do saneamento¹⁰), apesar do seu poder de transformação, têm sido bastante negligenciados na maioria das áreas urbanas, especialmente nas comunidades mais pobres. Partindo das evidências, procuramos abordagens inovadoras para a mudança de comportamento em contextos urbanos, incluindo o marketing de saneamento e as estratégias de promoção da higiene adaptadas às áreas urbanas. Usamos uma abordagem ao saneamento com base em sistemas (focada na gestão das lamas fecais), que engloba toda a cadeia, desde a contenção à eliminação ou reutilização, promovendo o papel dos pequenos operadores privados. Vemos a promoção da higiene como uma parte integrante dos programas urbanos, não como um complemento.

Adequação estratégica

A urbanização é reconhecida como um dos desafios-chave para o sector ASH na nossa estratégia global de 2015–20. Encontrar, implementar e defender soluções urbanas ASH sustentáveis é essencial para oferecer a todas as pessoas em todos os lugares, água limpa, saneamento e higiene. O nosso trabalho em contextos urbanos parte das nossas quatro metas estratégicas, conforme explicadas abaixo.

Igualdade

As áreas urbanas concentram desigualdades e reforçam a discriminação. As necessidades das mulheres e das pessoas portadoras de deficiência nem sempre são consideradas na concepção e implementação de soluções urbanas ASH. Fornecemos evidências que influenciam a política da ASH urbana a nível nacional e ajudam os decisores nas vilas e cidades a enfrentar os problemas. Adoptamos uma abordagem centrada nos direitos, ajustando as nossas abordagens às pessoas mais marginalizadas, para que possam exercer os seus direitos.

Serviços sustentáveis

Reforçamos a capacidade das empresas de serviços públicos através de parcerias usando as nossas extensas redes globais. Trabalhamos lado a lado com os municípios a fim de garantir que o planeamento ASH de uma cidade ou vila seja apropriado e útil. Adicionalmente, asseguramos que estão a ser usadas as ferramentas certas para utilizar estes planos como forma de influenciar os financiadores e obter apoio na implementação. Trabalhamos com os governos nacionais em estratégias urbanas que fortalecem os sistemas de planeamento, implementação e monitorização, usando a nossa experiência e as evidências dos nossos programas urbanos.

Higiene

Actualmente, as evidências de trabalhos bemsucedidos no campo da higiene em áreas urbanas são escassas. Para nós, esta é uma área propícia ao investimento, inovação e boa documentação, para que outros possam implementar as nossas abordagens de sucesso. A investigação formativa e as parcerias estratégicas urbanas são cruciais para uma mudança de comportamento relativamente à higiene sustentável, à escala, nas áreas urbanas.

Integração

Trabalhar num ambiente urbano significa trabalhar com um vasto leque de partes interessadas. Envolvemo-nos com parceiros no sector ASH e noutros sectores para melhorar a coordenação e a colaboração. Dependendo do contexto, os parceiros relevantes podem incluir instituições académicas ou de saúde, educação, alojamento, infra-estruturas e planeamento.

Argumentos

1. Muitas vezes, os governos não estão dispostos a prestar serviços em bairros de lata e/ou povoações informais nas áreas urbanas por uma série de motivos complexos de ordem política, social e económica.

Sem direitos de propriedade formais, as pessoas nos bairros de lata vivem frequentemente sem serviços ASH básicos. A elevada densidade populacional agrava o problema e as condições de saneamento são, muitas vezes, inferiores às das áreas rurais. A defecação ao ar livre, a falta de higiene e a contaminação cruzada de resíduos e fontes de água têm impactos na saúde (com epidemias de doenças transmitidas pela água, como a cólera e a febre tifóide) e impactos ambientais. As repercussões prejudicam o bem-estar das pessoas, bem como a sua dignidade e produtividade económica. Particularmente, os sem abrigo e "moradores de rua" não possuem meios para exercer os seus direitos.

Praticamos e defendemos a igualdade e a não discriminação no acesso a água limpa e saneamento. Procuramos entender os ambientes complexos em que habitam as pessoas pobres e marginalizadas, a fim de fazer da prestação de serviços inclusiva uma prioridade política. 2. Há uma falta de coordenação entre níveis de governo, prestadores de serviços, partes interessadas do sector e utilizadores de água, com funções e responsabilidades pouco claras.

A má coordenação e comunicação significam que os serviços podem não chegar a onde são necessários. Em áreas urbanas de grande dimensão, é normal existir uma grande desconexão entre os governos local e nacional, e uma falta de clareza no que diz respeito às responsabilidades de cada um. As empresas privadas dispostas a prestar os serviços, como distribuidores de água e operadores de esvaziamento de lamas fecais, não são devidamente reguladas.

No caso de serviços em grande escala, geram-se confusões em torno da expansão planeada, ineficácias nos trabalhos de melhoria e condicionalismos financeiros (já que não é possível recuperar a despesa dos clientes nem assegurar capital financeiro). As empresas de serviços públicos não são capazes de manter ou actualizar os serviços existentes nem de investir na expansão do fornecimento.

- Envolvemo-nos com partes interessadas ao nível urbano para reforçar a sua capacidade, melhorar a coordenação e aumentar o acesso à ASH.
- Wate Aid/James Kylmta

Os membros da equipa de acção comunitária ASH Lalam Suzan e Tumwine Christopher levam a cabo a educação sobre a ASH de porta em porta em Kamwokya II ward, Kampala, Uganda.

3. Os prestadores de serviços urbanos não têm apoio político, incentivos, recursos financeiros ou capacidade para responder aos desafios das pessoas mais pobres.

Apesar das responsabilidades prementes de atender aos direitos humanos à água e ao saneamento, não costuma existir uma agência claramente incumbida desta tarefa. Mesmo quando existe a incumbência de expandir os serviços ASH em contextos urbanos, os prestadores de serviços podem estar mal equipados ou menos dispostos a atender as necessidades das povoações de baixo rendimento. Os clientes nestas áreas são entendidos como um segmento de mercado inviável e não como uma prioridade. As povoações informais, não mapeadas e periféricas podem estar fora da jurisdição de prestadores municipais, o que cria desafios práticos em termos de facturação.

Mesmo quando existe vontade, a limitação causada pela desagregação dos dados impede que os esforços direccionados cheguem às comunidades urbanas mais pobres, que são negligenciadas no planeamento e na prestação de serviços. O crescimento rápido do mercado significa que, ao implementar os serviços, é possível atingir ou ultrapassar rapidamente a capacidade prevista, o que poderá conduzir a falhas do serviço (como, por exemplo, o transbordamento das latrinas de fossa).

 Influenciamos a política para promover um ambiente facilitador em que os prestadores de serviços cumpram as suas obrigações para estender os serviços ASH às pessoas pobres e marginalizadas.

4. A gestão das lamas fecais é particularmente difícil nas povoações urbanas.

Na África Subsariana, metade das instalações de saneamento urbano encontra-se em latrinas no terreno. 11 Porém, a maior parte das cidades não possui métodos organizados de gestão das lamas destas instalações nem das águas cinzentas domésticas. A gestão das lamas fecais nem sempre tem sido considerada uma solução de saneamento viável para as cidades e os operadores que trabalham neste sector não recebem apoios nem sequer são reconhecidos. Portanto, na maioria dos países em desenvolvimento, a gestão das lamas fecais continua a ser deficiente.

 Consideramos toda a cadeia de valor do saneamento com foco na gestão das lamas fecais nas áreas urbanas, envolvendo o sector privado.

5. Um acesso insuficiente à ASH torna as populações urbanas mais vulneráveis aos problemas de saúde e aos perigos do clima.

O crescimento substancial das populações nas áreas de risco, particularmente através do desenvolvimento urbano não planeado, é um dos factores de risco de calamidade mais significativos. As elevadas desigualdades e a rápida propagação de doenças aumentam a vulnerabilidade das pessoas aos perigos da doença e do clima. Por sua vez, isto influi na coesão e bem-estar social. Da mesma forma, a prestação de serviços ASH à prova das influências climatéricas aumenta a resistência dos grupos mais vulneráveis.

 A mitigação dos eventos climatéricos e a adaptação constituem uma peça fundamental da nossa abordagem urbana (ver Enquadramento de calamidades¹²).

6. As vilas e cidades pequenas albergam metade da população urbana, mas recebem menos atenção.

Por cada cidade grande, existem 10 vilas e cidades pequenas a crescer a um ritmo análogo.¹³ A maioria destas estende-se das áreas rurais às cidades. O seu crescimento, tanto em dimensão como número, tem vindo a transformar o equilíbrio da dinâmica urbana a passos largos, concentrando cada vez mais pobreza no seu interior. Estas vilas são extremamente diversas em tamanho e características, e requerem abordagens específicas para cada contexto a fim de atender às necessidades ASH. No entanto, são frequentemente negligenciadas. A capacidade do sector público é normalmente reduzida nestas vilas, um problema agravado por incumbências pouco claras, limitações de planeamento e financiamento, bem como por soluções tecnológicas não adaptadas.

 Prestamos cada vez mais atenção às vilas e cidades pequenas e tentamos ter um impacto significativo nestes centros urbanos mais reduzidos.



• Martin Nyanzi Mawejje (à direita), engenheiro de saneamento do Water for People Uganda, dá formação a pessoas anteriormente envolvidas no esvaziamento ilegal de latrinas de fossa sobre a utilização do equipamento Gulper, na freguesia de Kibuye, Kampala, Uganda.

Normas de qualidade e políticas do programa*

Requisitos mínimos

- M6.1 Preferimos uma abordagem holística ao nível da cidade/vila para melhorar o acesso à ASH urbana.
- M6.2 Consideramos todas as questões de desenvolvimento associadas, incluindo o planeamento urbano e a propriedade de terras.
- M6.3 Reforçamos a capacidade dos prestadores de serviços para desenvolver abordagens específicas para cada contexto, sensíveis ao género e inclusivas, que sirvam as pessoas que vivem na pobreza.
- M6.4 Trabalhamos com as comunidades urbanas mais pobres utilizando uma abordagem centrada nos direitos humanos e defendemos as pessoas que vivem na pobreza a nível local e nacional.
- M6.5 Optamos por uma abordagem transversal ao sector para o nosso trabalho urbano, usando o mapeamento de pessoas interessadas e procurando coordená-las e influenciar a agenda urbana.

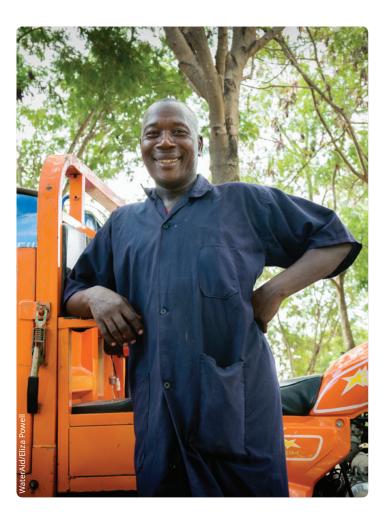
Normas integrais: nível estratégico

- S6.1 Ajudamos os municípios e os prestadores de serviços a priorizar a ASH para os mais pobres, usando uma variedade de incentivos e apoiando os sectores público e privado no desenvolvimento e operação dos serviços ASH.
- S6.2 O foco do nosso trabalho urbano será, principalmente:
 - vilas e cidades pequenas
 - as povoações informais/ os bairros de lata nas cidades grandes
 - áreas periurbanas pobres
- S6.3 Influenciamos a realização de investimentos económicos, sustentáveis e resilientes face ao clima na ASH urbana para focar e servir os mais pobres e mais marginalizados, trabalhando com credores (tais como bancos de desenvolvimento) e prestadores de serviços (para influenciar propostas).

Normas integrais: nível programático

- PG6.1 Usamos uma abordagem ao nível da cidade/vila para melhorar o acesso à ASH nas áreas urbanas, considerando todas as questões de desenvolvimento associadas (tais como a propriedade de terras), para que as autoridades urbanas possam planear, prestar e monitorizar serviços ASH inclusivos, económicos e sustentáveis para todos até 2030.
- PG6.2 Os nossos princípios orientadores para os programas urbanos devem assegurar:
 - Parcerias influentes
 - Políticas e investimentos influenciadores
 - Serviços inclusivos ao nível da cidade/ vila
 - Escolhas estratégicas orientadas pelo contexto
 - Priorização da higiene e saneamento
- PG6.3 Trabalhamos com os municípios a fim de garantir que o planeamento da ASH para uma vila ou cidade é inclusivo e apropriado, sendo estes planos usados para influenciar os doadores e as organizações financeiras e obter apoios para a implementação.
- PG6.4 Avaliamos e ajudamos a reforçar a capacidade dos prestadores de serviços, usando métodos comprovados, tais como *mentoring* e aprendizagem *peer-to-peer*.
- PG6.5 Quando necessário, recorremos à investigação das acções, em colaboração com instituições académicas, para reunir dados de melhor qualidade (a fim de influenciar os planos urbanos e informar a advocacia), bem como testar e replicar modelos de prestação de serviços. Partilharemos os nossos dados e lições em larga escala.
- * Embora cada área temática do nosso trabalho tenha o seu próprio conjunto de normas, é necessária uma abordagem holística, que vá ao encontro de todas as normas relevantes do trabalho programático. Ver a lista completa em *Normas de qualidade programática*¹.

- PG6.6 Trabalhamos em questões regulamentares, especialmente tarifas, incentivos e sanções para os prestadores de serviços.
- PG6.7 Quando apropriado, promoveremos o envolvimento do sector privado, concretamente desenvolvendo modelos de negócios em prol dos pobres com empreendedores locais. Encorajamos os sectores públicos e privados a trabalhar eficazmente na prestação de serviços ASH.
- PG6.8 Estamos abertos às várias inovações contínuas no sector ASH com o objectivo de melhorar o nosso trabalho e aumentar o acesso ASH para os mais pobres e mais marginalizados.



Normas integrais: nível de projecto

- PJ6.1 Usamos ferramentas do sector e análises da economia política para levar a cabo avaliações e apoiar os prestadores de serviços no desenvolvimento de abordagens específicas para cada contexto que sejam inclusivas, económicas e flexíveis para os mais pobres e mais marginalizados.
- PJ6.2 Quando adequado, trabalhamos com as empresas de serviços públicos, os municípios, operadores privados de pequenas dimensões e as comunidades para estabelecer estruturas de gestão operacional a fim de melhorar a sustentabilidade e a responsabilização dos serviços (incluindo as associações dos utilizadores de água e unidades de serviço a clientes de baixo rendimento).
- PJ6.3 Damos prioridade ao saneamento no local, incluindo a gestão das lamas fecais, pois esta continua a ser a principal opção de serviço primário para as pessoas que vivem na pobreza. Em contextos nos quais os esgotos são necessários e adequados, focamos a criação de ligações que beneficiem os grupos mais vulneráveis e marginalizados.
- PJ6.4 Recorremos a análises de custo do ciclo de vida para compreender os fluxos de receita (impostos, tarifas e transferências) e para desenvolver modelos financeiros sustentáveis para os serviços urbanos.
- PJ6.5 Procuramos sempre formas de exercer uma mudança de comportamento relativamente à higiene eficaz, apropriada ao contexto urbano.
- Julius Chisengo, junto de um dos veículos "bajaj" que transportam o equipamento de bombagem Gulper, no exterior da fábrica de Kigamboni ward, Dar es Salaam, Tanzânia.

Glossário

Cadeia de valor do saneamento

A gestão de dejectos desde a recolha à eliminação ou reutilização. "Os resíduos devem ser primeiramente capturados e armazenados de forma que não entrem em contacto com as pessoas nem contaminem o ambiente local. Em áreas com elevada densidade populacional, os resíduos devem ainda ser extraídos, transportados, tratados e eliminados em segurança. Tanto as cidades como as aldeias podem, potencialmente, reutilizar dejectos para fins agrícolas e geração de energia." (Banco Mundial, 2010)¹⁴

Bairros de lata/povoações informais

"As áreas residenciais em que 1) os habitantes vivem sem segurança de propriedade relativamente à terra ou casas que habitam, com modalidades que vão da ocupação ilegal ao arrendamento informal, 2) geralmente, os bairros não possuem ou são-lhes vedados os serviços básicos e as infra-estruturas urbanas e 3) as casas não cumprem os regulamentos actuais de planeamento e construção e, muitas vezes, estão situadas em áreas geográfica ou ambientalmente perigosas." (UN-Habitat, 2015)¹⁵

Vilas e cidades pequenas

"Povoações com densidade populacional suficiente para justificar serviços hídricos e sistemas de gestão de dejectos geridos colectivamente. Por seu turno, estes sistemas não seriam do interesse das grandes empresas de serviços públicos das cidades devido à sua dimensão e por não serem financeiramente viáveis." (Bachelier et al, 2018)¹⁶

Urbano

Cada país tem uma definição diferente daquilo que constitui um contexto urbano, uma vila ou cidade. Dependendo da definição usada, um país poderá ser mais ou menos "urbanizado". Um exemplo limite usado pela Comissão Europeia é:

Centro urbano: 50 000 pessoas com

uma densidade mínima

de 1500 por km²

Aglomerado urbano: 5000 pessoas com uma

densidade mínima de

300 por km²

Rural: Menos de 5000 pessoas

ou menos de 300 pessoas por km²



 Monitorização de lençóis freáticos, Lahan, Siraha, Nepal.

Referências

- ¹ WaterAid (2018). *Quality programme standards*. Disponível em washmatters.wateraid.org/publications/quality-programme-standards
- ² UN Habitat (2002). *Global Urban Indicators Database*. Disponível em unhabitat.org/books/global-urban-indicators-database
- ³ Scruggs G (2018). *Everything we've heard about global urbanization turns out to be wrong*. Place [online]. Disponível em thisisplace.org/i/?id=0150beca-e3f5-47e0-bc74-9ccc5ef1db8a
- ⁴ WaterAid (sem data). *Embedding and integrating a human rights-based approach into WaterAid programmes*. Disponível em washmatters.wateraid.org/publications/embedding-and-integrating-a-human-rights-based-approach
- ⁵ WaterAid (2019). *Partnership framework*. Disponível em washmatters.wateraid.org/partnership-framework
- ⁶ WaterAid (2007). *Our water, our waste, our town: Supporting civil society to engage in urban water and sanitation reforms.* Disponível emwashmatters.wateraid.org/publications/our-water-our-waste-our-town-supporting-civil-society-to-engage-in-urban-water-and
- ⁷ WaterAid (sem data) *Political economy analysis toolkit*. Disponível em washmatters.wateraid.org/publications/political-economy-analysis-toolkit
- 8 SFD. Disponível em sfd.susana.org
- ⁹ WaterAid (2019). *Hygiene behaviour change framework*. Disponível em washmatters.wateraid.org/hygiene-behaviour-change-framework
- ¹⁰ WaterAid (2011). *Sanitation framework*. Disponível em washmatters.wateraid.org/sanitation-framework
- ¹¹ Organização Mundial de Saúde/UNICEF. *Dados ASH*. Disponível em washdata.org
- ¹² WaterAid (2013). *Disasters framework*. Disponível em washmatters.wateraid.org/publications/disasters-framework-2013
- ¹³ Pilgrim N, Roche B, Kalbermatten J, et al (2007). *Principles of town water supply and sanitation: Part 1: Water supply.* Disponível em documents.worldbank.org/curated/en/339701468140984353/pdf/442230REPLACEM1ument10WN131TownsWSS.pdf
- ¹⁴ Bill & Melinda Gates Foundation (2010). *Water, sanitation & hygiene: Factsheet*. Disponível em docs.gatesfoundation.org/ Documents/water-sanitation-hygiene-fact-sheet-2010.pdf
- ¹⁵ UN Habitat (2016) *Habitat III issue papers: 22 Informal settlements*. Disponível em unhabitat.org/wp-content/uploads/2015/04/Habitat-III-Issue-Paper-22_Informal-Settlements.pdf
- ¹⁶ Bachelier L, Butty A, Dornan J, et al (2018). Safely managed sanitation services in small towns: An analysis of knowledge and experiences from developing countries. Disponível empseau.org/outils/ouvrages/cranfield_university_ps_eau_safely_managed_sanitation_services_in_small_towns_an_analysis_of_knowledge_and_experiences_from_developing_countries_en_2018.pdf

Recursos

Adank M (2013). Small town water services: Trends, challenges and models (Thematic Overview Paper 27). Disponível em ircwash.org/sites/default/files/small_towns_top27.pdf

Bill & Melinda Gates Foundation, Emory University, Plan International, et al (2017). *Citywide inclusive sanitation: A call to action*. [online] Disponível em citywideinclusivesanitation.com

Ndaw M F (2016). Private sector provision of water supply and sanitation services in rural areas and small towns: The role of the public sector. Disponível em openknowledge. worldbank.org/bitstream/handle/10986/23999/K8724. pdf?sequence=2&isAllowed=y

Strande L (ed), Ronteltap M (ed), and Brdjanovic D (ed) (2014). Faecal sludge management: Systems approach for implementation and operation. Disponível em eawaq.ch/en/department/sandec/publications/fsm-book

UN Habitat (2016) *World cities report 2016: Urbanization and development: Emerging futures.* Disponível em wcr.unhabitat.org/wp-content/uploads/sites/16/2016/05/WCR-%20Full-Report-2016. pdf

UN-Water, and World Health Organization (2017). Financing universal water, sanitation and hygiene under the Sustainable Development Goals: UN-Water global analysis and assessment of sanitation and drinking-water: GLAAS 2017 report.

Disponível em unwater.org/publications/un-water-glaas-2017-financing-universal-water-sanitation-hygiene-sustainable-development-goals

United Nations (2014). *World urbanization prospects: The 2014 revision, highlights*. Disponível em esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Highlights.pdf

Water & Sanitation for the Urban Poor (2014). *The urban programming guide: How to design and implement an effective urban WASH programme*. Disponível em wsup.com/content/uploads/2017/08/The-Urban-Programming-Guide1.pdf

WaterAid (2016). A tale of clean cities: Insights for planning urban sanitation from Ghana, India and the Philippines (synthesis report). Disponível em wateraid.org/ataleofcleancities

WaterAid (2016). Low-income customer support units: How utilities are successfully serving poor people. Disponível em wateraid.org/licsu

WaterAid (2016) *Urban sanitation tools and approaches*. Disponível em washmatters.wateraid.org/blog/approaches-for-urban-sanitation-which-tool-to-choose

Referenciar esta publicação como: WaterAid (2019). *Enquadramento urbano* Disponível em washmatters.wateraid.org/ urban-framework

Como trabalhamos e organizamos o nosso conhecimento

Este enquadramento faz parte de um conjunto de documentos que define a forma como trabalhamos e organizamos o nosso conhecimento, conforme ilustrado abaixo. Para o pessoal da WaterAid, este enquadramento e os documentos relacionados podem ser consultados na nossa página da intranet, KnowledgeNet, estruturada da mesma forma.

nossa pagina da intranet, KnowledgeNet, estruturada da mesma forma.						
As nossas metas estratégicas	Serviços sustentáveis	Integração		Igualdade		Higiene
Quem tentamos servir	Os mais pobres e mais marginalizados					
Áreas em que trabalhamos	Água	Água Saneamento				Higiene
Princípios transversais	Direitos humanos	Sustentabi- lidade		Igualdade e inclusão		Parceria
Onde trabalhamos	Cidades grandes e vilas	Vilas, cidades pequenas e centros em		Regiões rurais e remotas		Global e regional
Como tornamos	O nosso papel e como trabalhamos					
a mudança realidade	Fortalecimento capacitação de sist		ASH noutros sectores		Mudança de comporta- mento relativamente à higiene	
Conceitos da realização do projecto	Delinear conceitos da realização do projecto					

A urbanização do mundo está a acontecer rapidamente. Em muitos países subdesenvolvidos, o planeamento inadequado e o investimento em infra-estruturas sem o suporte de instituições sólidas deram origem a sobrepopulação, más condições de vida e a uma desigualdade crescente. As densidades populacionais mais elevadas tornam as pessoas mais vulneráveis a problemas de saúde e aos perigos do clima.

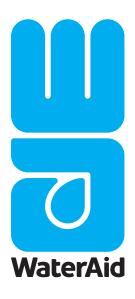
O nosso programa urbano centra-se no reforço da capacidade dos municípios e dos prestadores de serviços para fornecer água limpa, saneamento e higiene (ASH) a todos, com foco nos mais pobres e mais marginalizados.

Este enquadramento define a nossa posição, abordagem e as normas programáticas de ASH urbanos.



Parte superior, frente: Julius Chisengo e Cleophas Shinga esvaziam uma latrina de fossa em Dar es Salaam, Tanzânia. WaterAid/Eliza Deacon Parte inferior: Hora de ponta na comuna de Morondava, região de Menabe, Madagáscar. WaterAid/Ernest Randriarimalala Verso: Aregashe Addis na loja de serviços hídricos onde trabalha, Debre Tabor Water Utility, Amhara, Etiópia. WaterAid/Behailu Shiferaw.

Visitar washmatters.wateraid.org



A WaterAid é uma organização de beneficência registada: Austrália: ABN 99 700 687 141. Canadá: 119288934 RR0001. Índia: U85100DL2010NPL200169. Suécia: Org. n.º: 802426-1268, PG: 90 01 62-9, BG: 900-1629. Japão: 特定非営利活動法人ウォーターエイドジャパン(認定NPO法人) A WaterAid Japão é uma organização sem fins lucrativos especificada (OSFL certificada). Reino Unido: 288701 (Inglaterra e País de Gales) e SC039479 (Escócia). EUA: A WaterAid América é uma organização sem fins lucrativos nos termos da alínea 501(c) (3).